



RESUMO

O objetivo deste artigo é examinar a teoria da ação como forma de revelação dos agentes em Hannah Arendt. Em Arendt, a ação está sempre relacionada à política; ou seja, ao propor uma teoria da ação, ela tem em mente, sobretudo, uma teoria da ação política. Por outro lado, a ação surge como a capacidade singular que cada indivíduo possui desde o nascimento de dar início a novos começos e de fundar novos corpos políticos. Ao apresentar a ação como revelação do agente no espaço da pluralidade dos sujeitos, Arendt aponta um caminho para a redenção da dignidade da política, possível apenas por meio da participação efetiva dos indivíduos no espaço público. Neste artigo, dedicamo-nos à análise de textos de Arendt e de autores do pensamento arendtiano, com o propósito de sustentar a centralidade da ação em sua teoria política.

Palavras-chave: Ação. Política. Revelação. Espaço público.

Hannah Arendt: the action as revelation of the agent's "who"

ABSTRACT

The objective of this article is to examine the theory of action as a form of revelation of agents in Hannah Arendt. In Arendt, action is always related to politics; that is, when proposing a theory of action, she always has in mind, above all, a theory of political action. On the other hand, action emerges as the singular capacity that each individual possesses from birth to initiate new beginnings and to found new political bodies. By presenting action as the revelation of the agent within the space of plurality of subjects, Arendt points to a path for the redemption of the dignity of politics, which is possible only through the effective participation of individuals in the public space. In this article, we focus on the analysis of Arendt's texts and of authors within the Arendtian thought tradition, with the purpose of sustaining the centrality of action in her political theory.

Keywords: Action. Politics. Revelation. Public space.

Dedico esse artigo ao Prof. Odílio Alves Aguiar,
Pesquisador dedicado e profundo conhecedor
do pensamento de Hannah Arendt.

Introdução

Escrever sobre Hannah Arendt pressupõe, inicialmente, compreender que se trata de uma autora que se dedicou a analisar os principais acontecimentos políticos de seu tempo, marcados pela ascensão dos regimes totalitários e pela ruptura com o fio condutor da tradição. Ao se deparar com essa ruptura e com os perigos a que ainda estamos expostos na atualidade, Arendt buscou compreender de que modo seria possível resgatar a ação política diante da lógica de regimes pautados pela ideologia e pelo terror.

Não restam dúvidas de que a proposta defendida por muitos autores, que afirmam encontrar no centro do pensamento de Arendt uma teoria da ação política, é certamente verdadeira. A preocupação arendtiana com a ação política teve início em sua principal obra, *Origens do Totalitarismo* (1951). Nesse texto, a autora apresenta a dominação totalitária como responsável pelo fim da liberdade política, ao promover o equacionamento entre política e violência. No entanto, é em sua obra seguinte, intitulada *A Condição Humana* (1958), que Arendt dedica um capítulo inteiro ao tema da ação, como forma de tentar resgatar a dignidade da ação política.

A ação em Arendt tem sempre uma relação política; isto é, quando Arendt se propõe a expor uma teoria da ação, tem sempre em mente uma teoria da ação política. Assim, defendemos que a pergunta que antecede nossa discussão, e que talvez seja o nosso ponto de partida, é a mesma indagação feita por Margaret Canovan em seu livro *Hannah Arendt: A Reinterpretation of Her Political Thought*, quando questiona: “Por que parece importante para Arendt pensar sobre a ação?” (Canovan, 1992, p. 139). Ora, se o que motivou Arendt a escrever sobre política foram os eventos catastróficos de seu tempo, nada seria mais justo do que voltar sua teoria para a tentativa de compreender a ação e, mais especificamente, a ação política, visto que é no terreno das ações que homens e mulheres testam a capacidade de iniciar coisas novas no mundo e dar início a novos acontecimentos.

Observaremos, a partir de Arendt, que a ação está sempre fundada na capacidade que os homens têm de dar início a novos começos, gerando, assim, eventos irreversíveis e até mesmo imprevisíveis no mundo, como foi o caso dos regimes totalitários. Por outro lado, para Arendt, a ação pode também surgir como uma resposta aos trágicos eventos de nosso tempo, como uma alternativa às modernas formas de dominação do homem. Assim sendo, a ação emerge como aquela capacidade singular que cada indivíduo possui, desde o nascimento, de dar início a novos começos e de fundar novos corpos políticos. No entanto, para que os homens e mulheres sejam capazes de agir e se manifestar necessitam de um espaço político de aparência que favoreça a realidade do mundo¹, onde eles possam ser vistos e ouvidos pelos demais, de modo que a ação só é realmente possível na pluralidade dos homens.

Em suma, é somente através da redenção da ação que podemos vislumbrar uma retomada da dignidade da política nos dias atuais, o que não significa necessariamente um retorno à *polis* grega, mas sim uma tentativa de fundar novas formas de organizações políticas, baseadas na capacidade que cada homem/mulher tem de dar início a novos começos. Nesse sentido, Arendt tem muito a nos ensinar com sua teoria da ação política e sua tentativa de revitalização do espaço público na modernidade.

A ação enquanto revelação do agente

Um dos principais motivos que levaram Hannah Arendt a promover um resgate da dimensão da ação na Grécia Antiga foi a diferenciação feita pelos gregos entre as atividades que compõem a *vita activa*, pondo de um lado as atividades referentes à condição natural do homem, trabalho e fabricação, e de outro, a atividade referente à política, isto é, a ação (Cf. Avritzer, 2006, p. 152). Nesse sentido, nossa autora realiza, no capítulo V de sua obra *A Condição Humana*, uma retomada do conceito de ação utilizado pelos atenienses – para alguns intérpretes, vista como nostálgica –, tendo na *polis* grega um modelo inicial para a elaboração de sua teoria da ação.

¹ No capítulo V da obra *A condição humana*, Arendt passa a utilizar a palavra mundo num sentido de espaço em que pode se originar a política. Assim, a palavra mundo toma um sentido mais amplo, “como espaço onde as coisas se tornam públicas, como espaço onde a pessoa vive e que deve parecer apresentável” (Arendt, 2008, p. 50).

O que Arendt busca, ao retomar o conceito de ação, é revigorar a importância do espaço público²: o espaço público só é realmente possível quando os homens se reúnem na modalidade da fala e da ação, criando um espaço entre si que possibilita o aparecimento da liberdade, tendo sempre como base a experiência da Grécia Antiga. Somente a partir da vivência do espaço público, presente na tradição, podemos assegurar a existência do domínio público enquanto espaço potencial de aparição entre os homens que agem e falam. Assim, assevera Arendt (2010, p. 247), “o domínio público resulta diretamente da ação em conjunto, do ‘compartilhamento de atos e palavras’”. Para nossa autora, a ação “corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens e não o Homem, vivem na terra e habitam o mundo” (Arendt, 2010, p. 8). É a partir dessa compreensão da ação como condição humana da pluralidade que Arendt atribui ao espaço público notoriedade e consistência, tornando-o o lugar onde a política pode, de fato, se realizar.

A pluralidade humana surge, então, como o fator necessário, onde os homens manifestam sua capacidade singular para a ação e o discurso³. A ação juntamente com o discurso⁴ compõem as principais capacidades dos seres humanos e é o que os diferenciam dos demais seres vivos. Por outro lado, é também através da ação e do discurso que os homens se tornam iguais e distintos ao mesmo tempo, capazes de comunicar a si próprios e de se revelarem uns aos outros. Arendt acredita que “a ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos aparecem uns para os outros, certamente não como objetos físicos, mas *qua* homens” (Arendt, 2010, p. 220). A ação e o discurso tornam-se uma forma de revelação do “*quem*” do homem.

² Segundo Arendt, o espaço público só é realmente possível quando os homens se reúnem na modalidade da fala e da ação, criando um espaço entre os homens que possibilita o aparecimento da liberdade.

³ De acordo com Aguiar, a noção de pluralidade em Arendt pode ser compreendida numa dimensão político-filosófica, “por um lado se opõe às pretensões unicistas, à ideia contemplativa de um denominador comum e fundamento último, garantia, causa e critério de todas as dimensões do real e da vida, ao mesmo tempo em que – por outro lado – é ressaltada a convivência entre os homens como base dos organismos políticos e como campo apropriado à individualização” (Aguiar, 2001, p. 76).

⁴ Importante ficar claro, segundo Arendt, que no pensamento grego diferentemente do conceito tradicional de liberdade, não existia distinção entre ação e discurso, isto é, o agir e o falar caminhavam lado a lado e não se separavam. Assim, afirma Arendt, “um dos traços essenciais mais notáveis e excitantes justamente do pensamento grego é que nele, desde o começo – ou seja, já em Homero – não ocorre tal separação de princípio entre falar e agir, e o autor de grandes feitos também deve ser sempre, ao mesmo tempo, um orador de grandes palavras – e não apenas porque grandes palavras precisam acompanhar os grandes feitos, explicando-os, por assim dizer, feitos esses que, caso contrário, cairiam mudos no esquecimento, mas porque o próprio falar era compreendido *a priori* como uma espécie de agir” (2007b, p. 56).

Nesse sentido, o agir e o falar são correlatos, surgem da pluralidade humana enquanto condição básica de toda atividade política e tornam possível a igualdade e a singularidade de cada indivíduo.

Tanto a ação quanto o discurso são condições básicas da pluralidade humana e ganharam centralidade no pensamento de Arendt, por tornarem a vida do homem eminentemente humana na medida em que pode ser vivida entre os homens, ao mesmo tempo em que são os locais de revelação do agente (Cf. Amiel, 1996, p. 67). De acordo com Arendt, é somente através das “palavras e atos que nos inserimos no mundo humano, e essa inserção é como um segundo nascimento” (2010, p. 221). É, portanto, por meio das palavras e atos que podemos confirmar nosso aparecimento físico e nos colocarmos em um mundo humano, da mesma forma que é por meio dessas palavras e atos que podemos dar início, começar algo novo, fazer surgir o inesperado pela força de nossa ação. No entanto, como veremos nas linhas seguintes de nosso texto, para que o homem apareça e se manifeste no mundo humano, ele necessita sempre de um espaço de pluralidade que favoreça tal aparecimento, posto que nenhuma ação é possível no isolamento.

Ao falarmos do agir, temos de ter clareza do que esse termo indicava para as línguas antigas. Os gregos utilizavam dois termos para denominar a palavra agir, “as duas palavras gregas são *árkhein*: começar, conduzir e, por último governar; e *práttein*: levar a cabo alguma coisa” (Arendt, 2007a, p. 214). O começar é sempre resultado da iniciativa de uma única pessoa, que em virtude de sua liberdade e potencialidade de ação, bem como de sua espontaneidade, é compelido a agir. Desse modo, o *árkhein* é a capacidade de iniciar algo que cada ser humano traz consigo desde o nascimento, configurando-se sempre como um ato originário, capaz de gerar uma cadeia de processos em movimento, que, na maioria das vezes, escapa ao controle de seu iniciador. Já o termo *práttein* representa o ato de levar a cabo aquilo que foi iniciado por alguém, sendo o resultado da ação conjunta de muitos, da pluralidade dos homens que agem em comum, não originando-se de uma única pessoa, mas de um grupo de pessoas. Dessa forma, o *árkhein* sempre necessita do *práttein* como condição básica para sua existência, pois, como afirma Arendt, “todo aquele que começa alguma coisa só pode levá-la a cabo se ganhar outros que o ajudem” (2007b, p. 58), sobretudo no que se refere ao campo da política, em que a

ação deve ser compreendida por meio da pluralidade dos sujeitos que agem conjuntamente.

Por outro lado, o falar, que também é uma forma de ação, diferencia-se da ação enquanto *árkhein* por sua impossibilidade de manifestar-se fora da esfera pública. O falar só é realmente possível no convívio com os outros, que constituem a condição básica para sua existência. Nesse sentido, o falar é decisivo na revelação do mundo, pois “só na liberdade do falar um com o outro nasce o mundo sobre o qual se fala, em sua objetividade visível de todos os lados” (Arendt, 2007b, p. 60). Assim, embora o agir e o falar estejam ligados um ao outro, ambos se diferenciam em alguns aspectos. Um dos aspectos de diferenciação que podemos mencionar é o fato de que a ação pode ocorrer tanto no espaço do isolamento, como no caso do artífice, ao criar uma obra de arte, quanto no espaço da pluralidade dos homens, por meio da ação política. Já o falar, que tem origem na pluralidade humana, só é realmente possível no espaço entre os homens, que partilham a mesma capacidade de fala e escuta, sendo resultado da experiência do mundo comum.

Contudo, não se pode negar que a ação e o discurso estão intimamente relacionados e que, sem o discurso, a ação perderia sua capacidade de revelação. Nessa direção, afirma Arendt:

[...] desacompanhada do discurso, a ação perderia não só o seu caráter revelador, como, e pelo mesmo motivo, o seu sujeito, por assim dizer: em lugar de homens que agem teríamos robôs executores a realizar coisas que permaneceriam humanamente incompreensíveis. A ação muda deixaria de ser ação, pois não haveria mais um ator; e o ator, realizador de feitos, só é possível se for, ao mesmo tempo, o pronunciador de palavras (2010, p. 223).

É somente através da palavra falada, isto é, do discurso, que a ação se faz possível e que o agente pode ser revelado em sua forma singular⁵. O agir e o falar são, portanto, responsáveis pelo aparecimento do homem no mundo. No entanto, para que esse aparecimento se efetive de fato, é necessário um espaço público, que, como já vimos, cria um espaço entre os homens, tornando possível o desvelamento do homem, ou seja, o aparecimento de um aos outros. Sem esse espaço público, o

⁵ Embora, segundo Canovan, nem toda ação envolva o discurso (ex.: mergulho para salvar uma vida) e nem toda fala possa ser considerada uma ação (ex.: um bate-papo social) (Cf. 1992, p. 131).

desvelamento do agente por meio do ato não aconteceria, e a ação tornar-se-ia apenas um meio para atingir um fim determinado.

Nas palavras de Arendt, “a ação e o discurso ocorrem entre os homens, uma vez que eles são dirigidos, e conservam sua capacidade de revelar o agente [*agent-revealing*]” (2010, p. 228). Toda revelação ou mesmo desvelamento do “quem” do agente só é realmente possível no espaço entre os homens, no falar e no agir uns com os outros, que nossa autora denomina de “teia” das relações humanas. Segundo Amiel, o que Hannah Arendt está dizendo quando se refere a essa “teia das relações”, é que “a ação insere-se sempre numa rede de outras ações, de relações humanas, que fazem com que quase nunca atinja o seu objetivo” (1996, p. 68).

A teia das relações humana é, portanto, a junção dos atos das pessoas umas com as outras num processo sem fim. Por isso, os verbos gregos mencionados acima são tão importantes para percebermos que a ação que iniciamos escapa sempre de nosso controle e passa a ser conduzida até o fim por um grupo de pessoas, nos privando da condição de autores de nossa própria estória, uma vez que qualquer estória só pode ser conhecida depois que chega ao fim (Cf. Arendt, 2010, p. 242).

O que Arendt objetiva esclarecer em sua teoria da ação é o fato de que a ação é sempre resultado de uma pluralidade de indivíduos, ou seja, que “a ação jamais é possível no isolamento” (Arendt, 2010, p. 235). A ação e o discurso precisam da presença dos outros para que possam se efetivar de fato, necessitam sempre de um espaço de pluralidade humana, no qual o agente que afeta por meio de sua ação é, ao mesmo tempo, afetado pelas ações dos outros. Ou seja, aquele que age também sofre a ação, num processo de ação e reação que está continuamente produzindo novos processos, fazendo com que o homem jamais tenha controle total sobre o resultado de suas ações. Nesse sentido, a ação está sempre estabelecendo novas relações, de modo que as limitações legais nunca são um terreno seguro diante de imprevisibilidade da ação. O potencial que cada homem possui desde o nascimento de dar início a novos começos pela originalidade de sua ação pode também fragilizar o espaço das relações humanas, pois qualquer barreira erguida contra a ilimitabilidade da ação pode ser facilmente rompida pela inerente imprevisibilidade de que toda ação é possível.

Assim sendo, afirma Arendt, a “fragilidade das leis e instituições humanas, [...] decorre da condição humana da natalidade e independe inteiramente da fragilidade

da natureza humana” (2010, p. 239), de modo que qualquer entrave erguido por mãos humanas contra a ilimitabilidade da ação é completamente impotente diante de sua realização, fruto da mesma condição humana da natalidade. Isso porque, diferentemente do trabalho e da fabricação, nos quais os homens mantêm o controle instrumental da produção pelo uso da relação meio-fim, no campo da ação o homem não possui controle algum sobre seu alcance, já que a ação é essencialmente imprevisível e ilimitada.

Nesse sentido, mesmo tendo Arendt promovido a ação ao posto mais alto das atividades da *vita activa*, ela não pretende fazer em sua obra apenas um hino de louvor à ação, enquanto atividade por excelência do homem, mas visa também mostrar suas fragilidades, tais como: “imprevisibilidade, irreversibilidade e incapacidade de qualquer ator único de manter o controle sobre seu próprio fio na teia de relações humanas” (Canovan, 1992, p. 133), ou seja, a ausência de controle que os homens têm sobre o alcance de suas próprias ações.

Diante dessa ausência de controle, que se apresenta como a principal desvantagem, uma fragilidade da ação que torna o homem incapaz de desfrutar de um terreno seguro na teia de relações humanas, surge a interrogação: como lidar com essas características da ação? Para nossa autora, existem dois remédios possíveis contra a irreversibilidade e imprevisibilidade da ação, remédios esses que emergem do próprio agir e funcionam como salvaguardas e formas de redenção da ação. Afirma Arendt (2010, p. 295),

A redenção possível para a vicissitude da irreversibilidade – da incapacidade de desfazer o que fez, embora não se soubesse nem se pudesse saber o que se fazia – é a faculdade de perdoar. O remédio para a imprevisibilidade, para a caótica incerteza do futuro, está contido na faculdade de prometer e cumprir promessas.

Esses antídotos propostos por Arendt operam cada um em um tempo específico: o primeiro atua sobre o passado, enquanto o segundo diz respeito às questões futuras. De outra forma, nossa autora ressalta ainda que esses antídotos jamais podem ser utilizados no campo das ciências naturais⁶, mas somente no campo

⁶ Segundo Arendt (2010, p. 297), “a tecnologia e a ciência natural moderna, que já não colhem materiais da natureza, nem a observam ou imitam seus processos, mas parecem realmente agir nela, aparentemente introduziram, por isso mesmo, a irreversibilidade e a imprevisibilidade humanas no domínio da natureza, onde não há remédio para desfazer o que foi feito”.

dos assuntos humanos, necessitando sempre da pluralidade dos homens para que possam existir, visto que tanto a faculdade de perdoar quanto a faculdade de prometer, afirma Arendt, “baseia-se em experiências que ninguém jamais pode ter consigo mesmo e que, ao contrário, se baseiam inteiramente na presença dos outros” (2010, p. 296).

Ao apresentar o primeiro dos remédios, o perdão, Arendt atribui todo o mérito dessa descoberta a Jesus de Nazaré, que, embora tenha oferecido o perdão dentro de um contexto religioso, não tem sua importância política diminuída em nenhum momento. O perdão aparece como uma libertação na teia das relações humanas, “desobrigando constantemente os homens daquilo que fizeram sem saber” (Arendt, 2010, p. 300), contudo, vale deixar claro que o perdão serve apenas para o agente, “em respeito à sua capacidade de desencadear novos eventos para além de seus mal feitos” (Correia, 2011, p. 67), porém, jamais serve para o ato. Segundo Amiel, “o perdão liberta o agente das consequências de um acto, liberta para outros actos possíveis” (1996, p. 70); no entanto, não apaga o ato cometido. Quanto à faculdade de prometer, esta, segundo Arendt, é uma antiga conhecida do pensamento político por meio dos contratos e tratados, e serve para garantir “certas ilhas de previsibilidade e erigir certos marcos de confiabilidade” (2010, p. 305). A promessa surge, então, como uma garantia nos assuntos humanos, como uma segurança dentro do próprio campo da ação.

Portanto, é por meio da esperança contida na faculdade de prometer que o novo começo, do qual cada homem é capaz, se torna possível, pois a promessa garante um terreno seguro para o surgimento da ação. Sustentada por essa perspectiva, Arendt defende no parágrafo final de *Origens do Totalitarismo*, que “todo fim na história constitui necessariamente um novo começo; esse começo é a promessa, a única ‘mensagem’ que o fim pode produzir” (2007c, p. 531). Para Arendt, a promessa é a certeza da novidade no mundo, sendo a marca da potencialidade inerente à ação que cada homem traz consigo desde seu nascimento. Ora, podemos dizer, então, que ação e começo estão intimamente ligados, e é justamente isso que nossa autora ressalta, acrescentando ainda que, como consequência dessa estreita união, somos levados a incluir a capacidade de realizar milagres na gama das

faculdades humanas, pois o novo começo nada mais é do que o milagre de que o homem é capaz desde seu nascimento⁷ (Cf. Arendt, 2007a, p. 218).

Diante do exposto até o momento sobre a teoria da ação em Hannah Arendt, somos novamente levados a alguns questionamentos: primeiro, existe um lugar específico para a política na condição humana? Segundo, em que sentido a ação, enquanto revelação, pode estabelecer uma conexão com a política? Não há dúvidas de que é somente no campo da pluralidade, espaço de revelação do agente, que podemos encontrar uma ligação entre a teoria da ação e o lugar da política na condição humana, conforme afirma a própria Arendt: “embora todos os aspectos da condição humana tenham alguma relação com a política, essa pluralidade é especificamente a condição – não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* – de toda a vida política” (2010, p. 8-9).

Por outro lado, é importante deixar claro que todo o texto d’*A condição humana* traz implicitamente uma preocupação com os principais fenômenos político de nosso tempo, embora muitas vezes não possamos perceber tal preocupação numa primeira leitura; contudo, a questão política está sempre no pano de fundo de toda a teoria da ação de Hannah Arendt e tem sempre que ser levada em consideração.

Assim sendo, dedicaremos as linhas finais deste artigo à tarefa de compreender, de maneira breve, a importância do espaço da aparência e do poder na teoria da ação de Arendt, pois é a partir desse espaço, fruto da manifestação dos homens por meio da ação e do discurso que o poder, e conseqüentemente a política, podem se apresentar como predicado da ação plural dos indivíduos, constituindo a base que torna possível a existência do domínio público. Nessa direção, afirma Arendt, “é o poder que mantém a existência do domínio público, o espaço potencial de aparência dos homens que agem e falam” (2010, p. 250). Siviero, na linha de Arendt, assevera que o poder surge ainda “como condição básica de realização da política” (2008, p. 178), portanto, não podemos conceber a política sem a existência do elemento do poder que torna possível o espaço da aparência e sua preservação⁸.

⁷Aqui, o fenômeno dos milagres não deve ser entendido num sentido religioso, mas, segundo Arendt, um milagre é sempre “interrupções de uma série de acontecimentos, de algum processo automático, em cujo contexto constitui o absolutamente inesperado” (2007a, p. 217).

⁸Torna-se importante também ressaltar que o poder jamais se sustenta no isolamento, sendo sempre necessária a pluralidade dos homens para sua existência. Segundo Arendt, o poder “[...] passa a existir quando as pessoas se reúnem e ‘agem em concerto’, e desaparece assim que elas se separam” (2010, p. 305).

O poder tem sua origem na potencialidade dos homens que estão juntos, sendo absolutamente ilimitado e tendo como única barreira a presença dos outros homens que surgem no campo da pluralidade humana. O poder não pode jamais ser confundido com a violência, posto que o poder encontra-se no campo da política, isto é, da pluralidade dos homens. Segundo Aguiar, o poder “se sustenta no fato de que ninguém age sozinho” (2001, p. 78), enquanto a violência é completamente apolítica, não se originando da união dos homens, mas da força de um único homem isoladamente. Assim sendo, ressalta Arendt, “embora a violência possa destruir o poder, jamais pode substituí-lo” (2010, p. 252), isso porque se encontra privada da condição humana da pluralidade.

Ainda de acordo com nossa autora, o poder torna possível o domínio público e o espaço da aparência. Diz Arendt,

O poder preserva o domínio público e o espaço da aparência e, como tal, é também a força vital do artifício humano, que perderia sua suprema *raison d'être* se deixasse de ser o palco da ação e do discurso, da teia dos assuntos e relações humanas e das estórias por eles engendradas (2010, p. 254).

É o poder que garante a efetividade das relações humanas, sendo completamente necessário para a existência da política e para o aparecimento do homem em público através da ação e do discurso. Por esse motivo, Arendt afirma que “[...] sem o poder, o espaço da aparência produzido pela ação e pelo discurso em público se desvanecerá tão rapidamente como o ato vivo e a palavra viva” (2010, p. 255). Nesse sentido, podemos afirmar que o poder garante a efetivação da política, pois, ao viabilizar o espaço necessário para o aparecimento do agente por meio da ação e do discurso, torna-se o principal responsável por conferir dignidade à atividade política, possibilitando ao homem, por meio de sua ação, dar início a novos começos.

Assim sendo, podemos concluir que o poder é extremamente necessário a todo processo de fundação, que resulta sempre da ação conjunta dos indivíduos. De acordo com Arendt,

[...] o poder só nasce se e quando os homens se unem com a finalidade de agir e desaparece quando, por qualquer razão, eles se dispersam e abandonam uns aos outros. Assim, prometer e obrigar, unir e pactuar são os meios de manter a existência do poder; sempre que os homens conseguem preservar o poder nascido entre eles durante qualquer gesto ou ação particular, já se encontra em processo de fundação, em processo de constituir

uma estrutura terrena estável que, por assim dizer, abrigue esse seu poder somado de ação conjunta (2011, p. 228).

A citação acima nos mostra que a união dos homens e a força iniciadora de suas ações possibilitam sempre a fundação de um novo corpo político, que para se manter e aumentar necessita de poder e autoridade⁹. Pensar a teoria da ação em Arendt também como ação fundadora de nossos corpos políticos constitui um importante caminho de análise de sua teoria republicana, que, contudo, deixaremos para outra oportunidade.

Considerações finais

A teoria da ação política em Arendt se apresenta como uma alternativa viável para a redenção da ação no contexto da modernidade. Nesse artigo, defendemos que, em Arendt, a ação ocorre sempre no espaço da pluralidade dos homens, sendo fruto do agir conjunto e fonte de onde se origina todo o poder (Cf. Arendt, 2006, p. 532). É somente no espaço da pluralidade que os indivíduos manifestam sua capacidade de agir e de discursar, revelam seu “*quem*” e tornam possível seu aparecimento aos demais, uma espécie de segundo nascimento.

De acordo com Arendt, a retomada do espaço público e da dignidade da política só se torna efetivamente possível por meio da capacidade de cada indivíduo de dar início a novos começos, de fundar novos corpos políticos. A ação política é o fenômeno que torna essa realidade possível. É na capacidade de agir, que todo ser humano possui desde o nascimento, que o milagre de iniciar algo novo no mundo se efetiva. Assim, somente por meio da ação é possível vislumbrar a recuperação da dignidade política em nossos dias e, conseqüentemente, a criação de um espaço público que possibilite a revelação de nosso “*quem*” aos outros sujeitos.

Por fim, é preciso destacar que nosso esforço inicial de compreender as nuances da ação política em Hannah Arendt foi, sem dúvida, enriquecido pelas contribuições teóricas e pelo ensino acadêmico ofertado nas diversas disciplinas ministradas pelo Prof. Odílio Alves Aguiar. A ele devemos muito: pela recepção do

⁹ Importante perceber que entre os homens da Revolução Americana existia uma diferença clara entre poder e autoridade, para eles o poder deriva sempre do povo, enquanto a autoridade deriva da Constituição, um documento escrito fonte de toda a lei, que pode ser interpretada de maneiras diferentes e emendada de acordo com as circunstâncias (Cf. Arendt, 2011, p. 207).

pensamento de Arendt no Brasil, mas, sobretudo, pela orientação e acompanhamento de diversas pesquisas sobre o pensamento arendtiano no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará, onde tive a honra de ser seu orientando, tanto no trabalho de mestrado, que resultou nesse artigo, quanto na elaboração de minha tese de doutorado. Ao querido Prof. Odílio Alves Aguiar, expressamos nossa profunda gratidão por toda a dedicação e pelo rico aporte acadêmico e científico à pesquisa sobre o pensamento de Hannah Arendt.

Referências

AGUIAR, Odílio Alves. **Filosofia e política no pensamento de Hannah Arendt**. Fortaleza: EDUFC, 2001.

AMIEL, Anne. **Hannah Arendt Política e Acontecimento**. Trad. Sofia Mota. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo, revisão técnica: Adriano Correia. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARENDDT, Hannah. **Compreender: formação, exílio e totalitarismo (ensaios)**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

ARENDDT, Hannah. **Diário filosófico 1950-1973**. Trad. Raúl Gabás. Barcelona: Herder, 2006.

ARENDDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. Trad. Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2007a.

ARENDDT, Hannah. **O que é Política?** Trad. Reinaldo Guarany. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007b.

ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007c.

ARENDDT, Hannah. **Sobre a Revolução**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

AVRITZER, Leonardo. Ação, Fundação e Autoridade em Hannah Arendt. **Lua Nova**, São Paulo, n. 68, p.147-167, 2006.

CANOVAN, Margareth. **Hannah Arendt: a re-interpretation of her political thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

CORREIA, Adriano. Sobre o trágico da ação: Arendt (e Nietzsche). **O que nos faz pensar**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 59-74, maio, 2011.

SIVIERO, Itomar. **Sentido da Política**: um estudo em Hannah Arendt. Passo Fundo: Instituto Superior de Filosofia Berthier, 2008.

Recebido: 15/10/2025
Aprovado: 20/10/2025